

GIOVANA BRAGA LOPES

**PANDEMIA COVID-19: A PRIMEIRA GRANDE CRISE DO SÉCULO XXI**

Belo Horizonte, 2020.

## **PANDEMIA COVID-19: A PRIMEIRA GRANDE CRISE DO SÉCULO XXI**

Projeto interdisciplinar apresentado ao Colégio Savassi, como requisito parcial para a obtenção de média bimestral nas disciplinas de português, biologia, química, física, matemática, literatura, história, geografia, sociologia, filosofia e inglês.

Orientador: Prof. Graça Autran e João Pedro Oliveira

Belo Horizonte, 2020.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	3
2 DESENVOLVIMENTO.....	5
3 CONCLUSÃO .....	12
4 REFERÊNCIAS .....	16

## 1 INTRODUÇÃO

A humanidade, ao longo de toda sua história, passou por diversas pandemias. Vale citar a mais famosa dela, a Peste Negra (1347-1351), que dizimou um terço da população europeia durante a Idade Média. Contudo, resguardando os clichês, outras tantas pandemias também assustaram a população mundial, causando medo e alertando a humanidade sobre a sua fragilidade. Cólera (1817-1824), Varíola (1896-1980) e a Gripe Espanhola (1918-1919) são apenas alguns exemplos que valem a pena serem citados. Nessa lógica, uma pergunta surge: se pandemias não são novidade no mundo, por que a de Covid-19 está causando tamanho estrago? Ora, a princípio, seria uma resposta simples: porque ela está ocorrendo agora, não é um fato histórico, mas, sim, um problema real e, acima de tudo, atual. Sem dúvidas, guerras anteriores não amenizam guerras atuais, ou seja, independentemente de quantas pandemias já se alastraram pelo globo, uma epidemia em escala global sempre será trágica.

Contudo, essa é apenas uma resposta superficial. Na realidade, existem outros fatores que potencializam a pandemia atual e a torna tão ímpar. Um desses fatores é, sem dúvidas, a globalização. Em seu livro “*Globalização: As Consequências Humanas*”, o sociólogo Zigmunt Bauman apresenta uma análise sobre o tema. Para ele, “a distância é um produto social; sua extensão varia dependendo da velocidade com a qual pode ser vencida” (BAUMAN, 1999 p. 19) , ou seja, na atualidade, as distâncias se encurtaram e o mundo se encolheu. Assim, países, mesmo que estejam em lados opostos do globo, estão assustadoramente pertos, devido a extensa redes de transporte que os interligam. Nessa lógica, a globalização resulta em um processo revolucionário: a fácil circulação de pessoas pelo mundo. É claro que esta circulação é seletiva, pois apenas pessoas com alto poder aquisitivo tem esse “passe livre”. Contudo, mesmo restrita, essa rápida e facilitada circulação afeta a dinâmica mundial, principalmente diante de uma pandemia. O primeiro caso de Covid-19 foi identificado em 1 de dezembro de 2019 e, em 11 de março de 2020, a doença já havia atingido todos os continentes, se tornando uma pandemia. Ou seja, em apenas quatro meses, a virose já havia se alastrado pelo mundo. Esse tempo curto se deve, em parte, à globalização, uma vez

que pessoas contaminadas puderam facilmente viajar de um lugar a outro, levando consigo a doença. Contudo, é importante salientar que a globalização não é a única causadora desse encurtamento. Somado à ela, nota-se, também, o fato da doença ser altamente contagiosa. Assim, pessoas contaminadas podem facilmente transmitir o vírus, o que potencializa o poder de destruição da doença, uma vez que muitas pessoas contraem a patogênese ao mesmo tempo, o que pode resultar no abarrotamento da capacidade de atendimento médico, causando, desse modo, graves problemas de saúde pública, que serão apresentados posteriormente.

Diante desse cenário, nota-se as proporções catastróficas atingidas pelo Covid-19. Um vírus, aparentemente inofensivo, que conseguiu sair de Wuhan, na China, e alcançar o mundo em um tempo assustadoramente curto. Nessa lógica, a pandemia atual provoca diversas transformações no mundo, impactando, sem dúvidas, diversas esferas, seja ela política, econômica, social ou cultural. Dessa forma, o presente artigo busca, de forma sucinta e objetiva, apresentar e analisar essas numerosas mudanças trazidas pelo vírus e, em acréscimo, analisar as medidas tomadas pelos países a fim de amenizar a crise.

Contudo, antes de analisar de fato esses impactos é necessário apresentar a origem desse problema. Como qualquer tragédia, esta possui seu lugar de origem- a China- além de sua data de nascimento- 1 de dezembro de 2019. Porém, os futuros livros de história irão apresentar uma lacuna em branco: aquela destinada a explicação do como e do porquê. Mas, como a história odeia o vácuo, muito se tem especulado a respeito de como a doença surgiu. Alguns acreditam que ela se trata de uma bomba biológica criada para barrar o crescimento econômico acelerado da China, outros creem que o vírus encontrou terreno fértil nos mercados extremamente sujos e pouco sanitários da China. Porém, é importante ressaltar que essas proposições não passam disso: suposições. Ainda não há nada seguramente confirmado acerca desse tema. Portanto, pouco se pode trabalhar em relação a origem do problema, porém, em relação às consequências, a análise tende a apresentar melhores frutos.

Assim, o enfoque do artigo não consiste na foz do problema, mas, sim, nas consequências por ele gerado.

## **2.DESENVOLVIMENTO:**

O artigo. 196 da Constituição brasileira assegura que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.” Nessa lógica, é do Estado o dever de realizar mediações que possibilitem toda a população ter acesso à saúde. Assim, diante de uma pandemia, o Estado precisa fornecer aparatos à sociedade que assegurem proteção contra a doença. Mediante a isso, dirigentes políticos adotaram algumas medidas para barrar o avanço do Covid-19 no Brasil, sendo a mais famosa delas a quarentena.

Essa medida de isolamento social é, na mesma medida, eficaz e polêmica, enquanto especialistas de saúde garantem que ela é a única solução para barrar o vírus, alguns políticos e economistas a criticam veemente, alegando que o estrago econômico gerado por ela será maior que o estrago da pandemia de fato.

Negar os impactos negativos que a quarentena trará para a economia do Brasil e do mundo seria, na melhor das hipóteses, imaturidade. A imposição da permanência dos cidadãos em seus lares acarreta na impossibilidade de alguns de trabalharem, além de fechar o comércio, fábricas, escolas ou as demais instituições que se sustentam a base de aglomerações. Portanto, o isolamento social não impossibilita apenas a circulação de pessoas,mas, também, a de mercadorias, serviços e de capital e, em um mundo regido pelo capitalismo financeiro, essa não-circulação é catastrófica. Para Milton Santos, no atual sistema capitalista, “as condições técnicas e políticas oferecem novos suportes à circulação de dinheiro” (1998,p.207). Ou seja, só há a circulação de capital se houver um terreno fértil para tal, uma vez que o liberalismo econômico, ou seja, a mínima intervenção do Estado na economia, fomenta o mercado mundial. Nessa lógica, a queda na compra de produtos, a redução de consumo de serviços e a retração no comércio mundial e nas exportações fornece um terreno árido para a circulação de capital, o que gera feridas à economia.

Contudo, a crise econômica causada pelo coronavírus não irá atingir toda a população de forma igualitária, a camada de menor renda deve ser a mais afetada, segundo um estudo dos pesquisadores Débora Freire, Edson Domingues e

Aline Magalhães, da UFMG. Em um cenário projetado de queda de 0,14% do PIB e de 0,1% no nível de emprego, o estudo conclui que as famílias com renda entre 0 e 2 salários mínimos podem ter sua renda 20% mais impactada do que a média das famílias brasileiras. E isso traz efeitos danosos para a economia como um todo. Sem dúvidas, se há uma característica a ser atribuída às crises econômicas é seu alto poder de potencializar, ainda mais, a desigualdade. Pessoas de baixa renda serão as mais afetadas pois são as mais sensíveis aos seus impactos. Normalmente, essas pessoas trabalham nas primeiras áreas que sofrem reajustes salariais em momento de crise ou são as primeiras a perderem emprego. Assim, em um cenário de possível e, neste caso, iminente catástrofe econômica, essa classe será a primeira a ser afetada e a que mais irá sofrer prejuízo. Em um país em que a desigualdade social já é exorbitante, como o caso do Brasil que, segundo dados Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), ocupa a sétima posição de país mais desigual do mundo, essa situação pode ser ainda mais alarmante.

Ao afetar as classes mais baixas, a crise se potencializa e cresce, "uma retração no consumo dessas famílias gera um impacto muito pronunciado no PIB", afirma Débora Freire, coautora do estudo e pesquisadora do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar). "São muitas pessoas e são famílias que consomem a maior parte da renda". Nessa lógica, quando essas famílias são atingidas e deixam de consumir, todo o mercado é impactado, gerando, assim, uma crise cíclica.

É importante ressaltar que não é apenas na economia que esse grupo é mais suscetível a ser impactado. O vírus é, de fato, imparcial em sua escolha de quem irá infectar. Contudo, a doença não apresenta essa mesma discriminação e está heterogeneamente se propagando em direção à periferia. A ironia desse cenário é que, como já apresentado anteriormente, foram as classes mais abastadas, com seu alto poder aquisitivo que possibilitaram a migração do vírus pelo mundo, contudo, quem, de fato, irá ser mais afetado pela pandemia são as classes mais baixas. E o motivo dessa situação é bastante clara: a possibilidade de fazer quarentena não é uma questão de escolha, mas, sim, de privilégio. Como já dito anteriormente, essas pessoas são mais suscetíveis à instabilidade ocupacional e

econômica, ou seja, muitas delas não podem parar, pois, com isso, correm o risco de perderem seus empregos já instáveis. Além disso, há um fato ainda mais cruel: muitas dessas pessoas trabalham durante o dia para conseguirem comprar comida para noite. Assim, não há a possibilidade dessa classe, já muito segregada economicamente e passível de ser afetada, realizar quarentena, método, até então, mais eficaz de barrar o vírus. Nessa lógica, nota-se uma migração, cada vez mais crescente, da doença do centro para periferia.

Essa mudança geográfica é ainda mais agravada quando percebe-se as situações sanitárias das favelas, por exemplo. “Uma das questões que mais nos preocupa tem a ver com o tamanho do nosso país e a desigualdade nas condições de saneamento básico e de estrutura domiciliar que as pessoas têm para enfrentar adequadamente essa pandemia”, afirma Moysés Toniolo, conselheiro nacional de saúde e integrante da Articulação Nacional de Luta contra a Aids (An aids) e da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/aids. Ao analisar as situações sanitárias deploráveis dessas localidades, percebe-se que a crise de saúde tende a tomar proporções ainda mais alarmantes. Além da quarentena, outros métodos de prevenção consistem basicamente em: lavar bem as mãos, fazer o uso de máscaras e evitar ao máximo o contato com outros indivíduos. Contudo, como realizar tais medidas em localidades em que nem a água chega? “Temos populações que, nesse momento, para garantir o mínimo de isolamento domiciliar, estão com famílias inteiras — e, em alguns casos, com muita gente — restritas a um mesmo espaço, inclusive sem saber que alguma já pode estar infectada”, aponta Moysés Toniolo. Nessa lógica, além de não possuírem condições básicas para se prevenirem, como: sabão, água, máscaras ou álcool em gel, essas pessoas ainda estão encarceradas em locais lotados, o que agrava, ainda mais, a situação.

Vale ressaltar, também, que as demais populações socialmente esquecidas também tendem a serem mais afetadas pela crise econômica e sanitária, como é o caso dos grupos indígenas. “A realidade é que, enquanto nós queríamos ficar em nosso território, o Estado brasileiro tentava saquear as nossas casas. Muitas aldeias vivem sob essa ameaça: enfrentando a pandemia e ainda tendo que lidar com os conflitos territoriais”, relata Cíntia, líder indígena, cientista social e doutoranda em antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O

Brasil ainda resguarda uma herança colonial de perseguição aos indígenas e sua cultura. Apesar de já ter se passado séculos desde que o país deixou de ser uma colônia, a sociedade ainda enxerga os indígenas como pessoas preguiçosas e muitos acreditam que o Estado não deve proteger as reservas indígenas, o que acaba gerando ataques contínuos a esses territórios. Para além de uma guerra biológica contra a Covid-19, estamos diante, segundo Célia, de uma “guerra civilizatória que requer outro modo de vida”. Por sua vivência de base comunitária, que torna mais propícia à disseminação do coronavírus, e pelo déficit na garantia de direitos fundamentais como a saúde e o respeito ao território, os indígenas são apontados como uma das populações vulneráveis no contexto da pandemia.

Apesar de estarem, aparentemente, isolados, a população indígena acaba entrando em contato com pessoas de fora, inclusive profissionais de saúde, se houver escassez de insumos e Equipamento de Proteção Individual (EPI), o que pode acabar resultando em uma contaminação. Os dados registrados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) em 18/5, são 402 casos confirmados de Covid-19 entre os indígenas, 151 suspeitos, 219 recuperados, 497 casos descartados e 23 óbitos. A situação pode ser ainda mais alarmante, alguns especialistas chegam a citar, até mesmo, em uma possível disseminação de populações inteiras, uma vez que esses povos, muitas vezes, não possuem aparatos sanitários suficientes para barrar uma epidemia, além de seus mecanismos de saúde não possuírem capacidade de cuidar de uma doença completamente nova.

Assim, a SESAI, em sua missão de coordenar e executar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, lançou ações para protegê-los da Covid-19. Elas acontecem por meio do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), unidade gestora descentralizada do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS). São 34 DSEI no Brasil, divididos estrategicamente com base na ocupação geográfica dessas comunidades.

Entre as ações estão o envio de insumos e EPI para complementar os estoques dos 34 DSEI; a criação do Comitê de Crise Nacional para planejamento, execução e monitoramento dos impactos da Covid-19 nos povos indígenas; a atualização diária de boletins epidemiológicos; a contratação de profissionais de

saúde para pronto atendimento de demandas urgentes da Covid-19; entre outras.

Além da população indígena, os demais grupos socialmente segregados também estão em situação de vulnerabilidade durante a pandemia, como é o caso dos moradores de rua. “Quando começaram a falar em Covid-19 e disseram ‘fiquem em casa’, isso dilacerou nossos corações”, lembra Vanilson Torres, representante no CNS do Movimento Nacional da População em Situação de Rua. Para ele, é preciso mais do que oferecer serviços de saúde para essas pessoas durante a pandemia. É preciso haver ações integradas com as áreas de moradia e assistência social. Quem não tem acesso a condições dignas de moradia e vida e aos mínimos direitos fundamentais ou está sem trabalho e renda nunca esteve tão vulnerável. Nessa lógica, essas pessoas já segregadas, durante uma pandemia, tendem a ficar em uma situação ainda mais de risco. Por não possuírem abrigo, esse grupo, nas ruas, estão em contato direto com o vírus, uma vez que moram em locais públicos. Além disso, essa população não tem acesso a mecanismos básicos de prevenção ao corona, o que pode agravar, ainda mais, a situação. Assim, nota-se que apenas o oferecimento de serviços de saúde para esse grupo não seria suficiente, sendo necessário, também, o fornecimento de aparatos sociais que possibilitem uma situação um pouco mais digna a essas pessoas.

Outro grupo com histórico de vulnerabilidade social é a população LGBTQ+, que também tende a ser mais afetada durante a crise. Diante de uma sociedade inegavelmente homofóbica, este grupo enfrenta uma enorme dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal. Como aponta Moisés Santos de Menezes, doutor em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC/RIO, “entendemos que o preconceito, a discriminação, bem como a violência perpetrada contra a população LGBTQ devido a sua orientação sexual e/ou identidade de gênero divergentes do modelo heteronormativo são fenômenos que não podem ser analisados apartado das questões políticas e econômicas da sociedade capitalista”. Nessa lógica, a população LGBTQ, devido a todo preconceito pela sociedade perpetuado, acabam não conseguindo se inserir no mercado de trabalho formal, ficando a mercê de empregos informais. Assim, durante uma crise econômica, como a atual, essas pessoas não possuem seguridades trabalhistas que as amparem, ou seja, são ainda mais afetadas economicamente, além de

apresentarem maior probabilidade de perderem emprego. Nardi (2007, p.72) aponta que considerando a importância do trabalho na vida da sociedade se entende que impossibilitar ou restringir o acesso desses sujeitos a esse mercado é uma questão bastante preocupante, visto que “em nosso tempo, quando se impede que as pessoas trabalhem em razão de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero estamos condenando-as a uma certa “morte social” que restringe e impossibilita o acesso aos seus direitos tornando-as oprimidas sociais de um sistema completamente excludente e desigual. Nesta lógica, a pandemia agrava ainda mais esta situação já problemática, colocando, assim, esse grupo social em uma situação ainda pior.

Ao analisar a população LGBTQ+ separadamente, é notório que, dentre esse grupo, as pessoas transexuais enfrentam uma realidade ainda mais complicada. 90% das travestis e transsexuais trabalham na prostituição devido a uma estrutura social excludente que as impossibilitam de se inserirem em carreiras menos odiosas. Assim, além de já estarem em um local de segregação, essas mulheres ainda são mais afetadas devido à carreira que exercem. “Tem pessoas, pelo tipo de trabalho que exercem, que serão muitíssimo afetadas, porque não só diminuirá como poderá acabar totalmente a sua forma de subsistência”, avalia Moysés Toniolo. Nessa lógica, durante a crise causada pelo coronavírus, esse grupo possivelmente irá perder seus empregos já fragilizados e, diante de uma sociedade extremamente transfóbica, essas pessoas irão estar em uma situação ainda mais vulnerável.

Além disso, é importante salientar, também, que além da realidade já exposta, os LGBTQ+, durante a pandemia, enfrentam outro problema: a toxicidade psicológica do ambiente familiar. Pela necessidade da realização da quarentena, esse grupo também precisam ficar em casa, ou seja, normalmente, tendo que conviver diariamente com sua família. Contudo, apesar do âmbito familiar ser, costumeiramente, visto como um local acolhedor, para os LGBTQ+, ele tende a ser psicologicamente corrosivo, uma vez que grande parte das famílias não aceitam a sexualidade de seus filhos/netos/sobrinhos. Além disso, essa não-aceitação pode evoluir de violência psicológica para violência física, o que agrava ainda mais a situação. Assim, quando se analisa, por exemplo, o caso de travestis e

transexuais-grupo que historicamente é vítima de violência- as agressões a eles tendem a aumentar drasticamente durante a quarentena.

Durante esse período de isolamento social, as mulheres cisgêneras são outro grupo que também está sendo vítima de violência. Segundo o fórum Brasileiro de Segurança Pública, a violência doméstica contra mulheres aumentou 50% durante a quarentena. Sem dúvidas, a quarentena não é a grande culpada por esse aumento exorbitante, ela apenas fornece situações favoráveis para violentadores agredirem. A violência contra a mulher começa no âmbito familiar. Segundo Heise (1999), a violência sofrida pelas mulheres é diferente da violência interpessoal em geral porque, embora os homens também sofram violência de gênero, estão mais suscetíveis a serem vítimas de um estranho, enquanto as mulheres são mais vítimas de violência praticada por um familiar ou parceiro íntimo. Desse modo, diante de uma realidade que obriga as mulheres a se encarcerarem com seus agressores, a violência aumenta drasticamente, como comprova os dados. É importante ressaltar, também, que esta violência pode se manifestar de outras formas, além da física. Como proposto por Bourdieu em seu livro “A Dominação Masculina”, a violência perpetrada contra a mulher nem sempre é ostensiva, exteriorizando-se através da agressão ao corpo. A violência masculina muitas vezes é imperceptível, manifestando-se simbolicamente e reproduzida, circunstancialmente, pelas próprias mulheres que incorporam a visão masculina (androcêntrica) de mundo (BOURDIEU, 2010). Ou seja, a violência pode ocorrer através de agressões psicológicas ou emocionais, o que coloca as mulheres em uma situação de ainda mais vulnerabilidade, uma vez que esse tipo de violência é mais difícil de ser notada e de ser denunciada.

Assim, nota-se a enorme proporção que a crise causada pelo coronavírus irá tomar. Sem dúvidas, a quarentena afeta diretamente a economia. Contudo, apesar do que é apontado pelo governo brasileiro atual, ela é necessária. Até então, ela é a única medida que, de fato, impede a propagação da doença. É importante salientar que, o grande problema do coronavírus não é sua letalidade, que é muito baixa, mas, sim, o seu grande poder de propagação. Como as formas de transmissão são extremamente fáceis, a virose se alastra rapidamente, encontrando, assim, os grupos de riscos. “Com a disseminação do vírus pelo mundo,

com a ocorrência de tantos casos, por alguma razão que pode ser mesmo mutações do vírus, a sua letalidade aumentou muito, apresentando-se de formas diferentes entre os países”, afirma o professor do UNI-BH Bráulio Roberto Gonçalves Marinho Couto. Desse modo, a doença não é, de fato, grave, contudo, quando uma pessoa do grupo de risco (idosos, imunodeprimidos, diabéticos, pessoas com doenças pulmonares, etc.) a contraem, ela pode vir a ser letal. Assim, como método de evitar que essas pessoas pertencentes ao grupo de risco entrem em contato com o vírus, a medida encontrada foi o isolamento social.

Além disso, a quarentena também possibilita o achatamento da curva do número de casos de Covid-19. Fato este que é extremamente importante para a saúde pública brasileira, uma vez que, como a contaminação é fácil, o número de casos aumenta drasticamente em um curto espaço de tempo, gerando um colapso do sistema de saúde. O que vem ocorrendo em Manaus, capital do Amazonas. Com números de casos maior que o número de leitos disponíveis nos hospitais, a cidade não está conseguindo atender toda a população. Segundo dados publicados pelo jornal O Estado de S.Paulo, o Amazonas possui 919 leitos de UTI (na rede pública e privada) e 899 respiradores, sendo que 62 deles estavam fora de uso. A taxa do estado é de 1,24 leito desse tipo por 10 mil habitantes. Ele precisaria de ao menos 2,4 leitos pelo mesmo número de habitantes, segundo cálculo da Amib (Associação de Medicina Intensiva Brasileira) com base na demanda ocorrida nos epicentros da pandemia. Assim, a cidade não possui aparatos de saúde suficientes para atender toda a população, o causa problemas mais severos, uma vez que além de não conseguir amparar as vítimas de corona, os hospitais também não conseguem atender as pessoas com outras enfermidades, colapsando o sistema de saúde local.

Portanto, apesar de todos os malefícios causados pela quarentena, até a criação de uma vacina eficaz, ela segue sendo necessária. Desse modo, a realização do isolamento social é mais do que apenas um escolha de autopreservação, é, também, um dever como cidadão, uma vez que a exposição e o possível contágio não afeta apenas o indivíduo, mas a sociedade como um todo. Em seu livro “A Modernidade Líquida”, Bauman discorre sobre o impacto que você pode causar no outro em um mundo extremamente globalizado como o atual. “Nós somos

responsáveis pelo outro, estando atento a isto ou não, desejando ou não, torcendo positivamente ou indo contra, pela simples razão de que, em nosso mundo globalizado, tudo o que fazemos (ou deixamos de fazer) tem impacto na vida de todo mundo e tudo o que as pessoas fazem (ou se privam de fazer) acaba afetando nossas vidas." (BAUMAN,2001). Diante dessa análise, nota-se que, sim, saúde é um dever do Estado, como roga a Constituição brasileira de 1988, contudo, chega um ponto que a mão do Estado não mais alcança, sendo necessário, portanto, a participação da sociedade em sua completude.

Por fim, vale ressaltar que o combate ao coronavírus e à crise por ele causada precisa ocorrer em diferentes frentes. Apenas fornecer aparatos sanitários para combate ao vírus não é suficiente, é preciso planos de governo que atuem em todos os impactos causados pela doença e que ampare a população como um todo, principalmente as classes socialmente segregadas. Assim, mais do que fornecer atendimento médico/hospitalar é preciso que o Estado ofereça amparo econômico aos mais vulneráveis, como a ajuda emergencial, por exemplo. Além disso, é necessário projetos que deem mais atenção às classes mais vulneráveis a fim de minimizar os danos que elas virão a sofrer. Diante da maior crise econômica do século XXI, é importante se preparar, prevenir e tentar, ao máximo, minimizar os impactos que não poderão ser combatidos em sua totalidade.

### **3.CONCLUSÃO:**

Durante uma pandemia é esperado uma supervalorização da ciência, afinal, é através dela que a humanidade tem acesso à vacina e, assim, se não todos, grande parte dos problemas derivados da pandemia são superados. Contudo, nadando contra a correnteza, nota-se que algumas pessoas e, mais agravante ainda, alguns governantes apresentam um discurso anticientífico. Dentre eles, o presidente estadunidense Donald Trump recebe maior foco, indo contra especialistas e contra a OMS (Organização Mundial de Saúde), no início da pandemia, ele a negligenciou quase que completamente, alegando que a situação não era tão preocupante como a mídia e os especialistas da área da saúde estavam colocando. Além disso, posteriormente o presidente ainda sugeriu que tratassem o coronavírus com "injeção de desinfetante" e luz solar, "vejo que o desinfetante

nocautear o vírus em um minuto, em um minuto. E podemos fazer algo como uma injeção dentro ou quase uma limpeza", afirmou o norte-americano, dirigindo-se ao diretor da Divisão de Tecnologia e Ciência do Departamento de Segurança Nacional, Bill Bryan. "Como podem ver, chega aos pulmões e alcança uma cifra enorme nos pulmões, por isso seria interessante averiguar isso", declarou. Resumidamente, Donald Trump, ignorando completamente a ciência, realizou discursos sem base científica e, em seu posto de presidente da maior economia mundial, essas declarações geram impactos gigantescos não só à população norte-americana mas também a do restante do mundo.

Contudo, não é preciso ir tão longe para exemplificar líderes políticos com discurso anticientificista. No Brasil, o próprio presidente, Jair Bolsonaro, apresenta um discurso muito semelhante ao do presidente americano. Porém, ao contrário de Donald Trump, a retórica de negligência à pandemia se manteve no governo Bolsonaro, mesmo após o número de casos e mortes de Covid-19 começarem a crescer perigosamente. O presidente brasileiro, ao longo dos últimos meses, discordou completamente da quarentena, alegando ela ser desnecessária, o que é falso, como já apresentado. Em várias coletivas, Bolsonaro chamou o coronavírus de "gripezinha" e, quando interrogado sobre as mortes pela doença, o presidente apenas retrucou "e daí?" ou usou o humor e brincou: "eu não sou coveiro.". Diante dessa situação, nota-se o agravamento da crise humanitária causada pelo vírus no Brasil, uma vez que, como presidente da república, esse discurso de Bolsonaro é amplamente aceito pelos seus apoiadores. Assim, esses seguidores do presidente acabam validando essa lógica, que foge completamente do discurso científico, e começam a não dar mais credibilidade aos especialistas de saúde, não realizando, por exemplo, quarentena. Desse modo, a partir desses discursos irresponsáveis de políticos, a população é indevidamente informada, o que agrava ainda mais a situação sanitária brasileira.

Nessa lógica, nota-se que essa situação é apenas mais um episódio de um momento que o filósofo francês Jean-François Lyotard denominou de pós-verdade. Para ele, o período atual- a pós-modernidade- é caracterizado pelas "crise dos metarrelatos", isto é, pela crise dos princípios e normas guiadores da modernidade. Nessa lógica, um dos metarrelatos seria a ciência, uma vez que,

desde o Iluminismo (século XVIII), ela se tornou um princípio guiador da sociedade moderna. Assim, “considera-se ‘pós-moderna’ a incredulidade em relação aos ‘metarrelatos’. É, sem dúvida, um efeito do progresso das ciências, mas este progresso, por sua vez, a supõe. Ao desuso do dispositivo metanarrativo de legitimação corresponde sobretudo a crise da filosofia metafísica e a da instituição universitária que dela dependia” (LYOTARD, 1993, p. 3). Portanto, como uma das características da sociedade atual é seu questionamento da ciência, o que, quase sempre, acaba resultando em sua invalidação.

Até então, sim, essa não-credibilidade dada à ciência era preocupante, contudo, em um momento de pandemia- a maior do século XXI, inclusive- esse negacionismo científico se torna ainda mais alarmante. A humanidade precisa da ciência, isso não é uma opinião, mas um fato. Sem ela, Londres da Era Vitoriana, berço da Revolução Industrial, teria se sucumbido ainda mais à pandemia de cólera, no século XIX. Sem ela, a pandemia de tuberculose não teria sido superada e a doença mataria tanto quanto matava no século XVIII. A humanidade precisou da ciência pra superar todas as pandemias anteriores e, dessa vez, não será diferente e negar isso seria estupidez. Finalizo-peço licença para o uso da primeira pessoa- retomando ao início do artigo, a mais famosa pandemia que humanidade enfrentou foi a Peste Negra, que ocorreu durante a Idade Média, ou seja, um período marcado pelo teocentrismo extremo, em que a razão e, conseqüentemente, a ciência não eram validados. Assim, faço um questionamento, até que ponto essa pandemia, que dizimou um terço da população da Europa, teve tamanha proporção pela falta de tecnologia? Ou melhor, qual a parcela de culpa que o anti-cientificismo teve nela? É claro que eu não tenho respostas para tais perguntas, contudo, é inegável que a população mundial está refém de uma vacina e, mais irônico, uma vacina contra uma virose- grupo de doenças que sempre foi negligenciado pelas pesquisas. Por fim, concluo com uma frase do livro “O Mapa Fantasma”, do autor Steven Johnson, um dos melhores livros para entender uma pandemia e a importância das medidas sanitárias para combatê-la: “para entender com que facilidade mentes brilhantes podiam ser induzidas ao erro pela ortodoxia e pelo preconceito”. De longe, meu intuito não é colocar nosso presidente como uma “mente brilhante”, mas mostrar que, mesmo pessoas capacitadas, num contexto de

pós-verdade, pode esbarrar no negacionismo e, o grande problema disso não é apenas o risco que ela mesma corre mas do impacto que esse negacionismo individual pode ter em uma sociedade. Desse modo, apenas a ciência pode ser a grande salvadora da humanidade nesse episódio histórico no qual estamos passando.



## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **A Modernidade Líquida**. Editora Zahar, edição 1, Rio de Janeiro, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As Consequências Humanas**. Edição:1. Cidade: Rio de Janeiro, Editora, Zahar. Ano de Publicação: 1999.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010

HEISE, L.; ELLSBERG, M.; GOTTEMOELLER, M. **Ending Violence against Women**. Baltimore, USA: Population Reports, 1999.

SANTOS, Milton. **Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**, Hucitec, São Paulo, 1994. (4ª edição: 1998)

LYOTARD, Jean-François. **O Pós-Moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1988

NARDI, H. C. **Nas tramas do humano: a sexualidade interdita o trabalho**. In: POCAHY, F. (Org.). Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Porto Alegre: Nuances, 2007

SANTOS, Moisés. **O papel equalizador do regime de colaboração estado-município na política de alfabetização LGBT e Mercado De Trabalho: Uma Trajetória De Preconceitos E Discriminações**. 2018. Dissertação (doutorado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC/RIO). Disponível em: [http://www.editorarealize.com.br/revistas/conqueer/trabalhos/TRABALHO\\_EV106\\_MD1\\_SA7\\_ID186\\_04032018135735.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conqueer/trabalhos/TRABALHO_EV106_MD1_SA7_ID186_04032018135735.pdf)

SANTOS, Milton. **Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**, Hucitec, São Paulo, 1994. (4ª edição: 1998)